SUBJETIVIDADES
e-ISSN: 2359-0777
Universidade de Fortaleza
Relatos de Pesquisa

https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v26i1.e14986

Crianças quilombolas e a relação identidade-território: Uma proposta metodológica

Quilombola children and the identity-territory relationship: A methodological proposal

Los niños quilombolas y la relación identidad-territorio: Una propuesta metodológica

Les enfants quilombolas et la relation identité-territoire: Une proposition méthodologique

Thatiane Maria Almeida Silveira Mendes*
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
https://orcid.org/0009-0005-1797-4842

Raquel Farias Diniz
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-5902-3165

Como citar
Mendes, T. M. A. S., & Diniz, R. F. (2026). Crianças quilombolas e a relação identidade-território: Uma proposta metodológica. *Revista Subjetividades*, *26*(1), 1-14. https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v26i1.e14986

Histórico de publicação
Submetido em: 20/02/2024 **Aceito em:** 10/09/2025 **Publicado em:** 03/03/2026

Resumo

O artigo aborda uma experiência realizada junto a crianças moradoras da comunidade quilombola de Moita Verde/RN, a partir da proposição de uma metodologia para a atuação com crianças com foco na relação identidade-território, orientada pela Investigação-Ação-Participativa (IAP). Buscou-se, portanto, incentivar a escuta e a valorização das contribuições das crianças no campo da Psicologia Ambiental, ressaltando a importância de uma atuação colaborativa e comprometida ética e politicamente com a autonomia desse grupo social, bem como disposta a aprofundar questões identitárias e territoriais relativas a esse período geracional. Foram desenvolvidos oito encontros grupais e semanais, com duração aproximada de duas horas, destinados a tratar de temáticas relacionadas aos três eixos da identidade para Antonio da Costa Ciampa: eu-comigo, eu-com-o-outro e eu-com-o-mundo. Como ferramentas metodológicas, foram utilizadas a fotografia, o desenho, a contação de histórias e os jogos de tabuleiro. Conclui-se que a metodologia promoveu os efeitos esperados, sendo exitosa no aprofundamento de questões relacionadas à infância em seus contextos específicos, sob a ótica da identidade-territorialidade. Ressalta-se, porém, que o êxito de sua reprodução residirá na sensibilidade de escuta do(a) profissional ou pesquisador(a) e no seu compromisso ético para identificar as demandas de cada território e transformá-las em encontros temáticos a serem trabalhados, bem como em sua capacidade criativa para (re)elaborar e adaptar os materiais utilizados de acordo com as características das crianças participantes e do contexto em que se inserem.

Palavras-chave: Investigação-Ação-Participativa, identidade, territorialidade, crianças quilombolas, psicologia ambiental comunitária.

***Autora correspondente**
E-mail: thatianeasmendes@gmail.com

CC BY NC

Abstract

The article discusses an experience carried out with children living in the Quilombola de Moita Verde/RN community, based on the proposal of a methodology for working with children with a focus on the identity-territory relationship, guided by Action-Participatory Research (IAP). The aim was to encourage listening to and valuing the contributions of children in the field of Environmental Psychology, emphasizing the importance of collaborative action that is ethically and politically committed to the autonomy of this social group, and the willingness to delve deeper into identity and territorial issues relating to this generational period. Eight weekly group meetings were held, lasting approximately two hours, to address issues related to the three axes of identity for Antonio da Costa Ciampa: me-with-me, me-with-the-other, and me-with-the-world. Photography, drawing, storytelling and board games were used as methodological tools. The conclusion is that the methodology had the expected effects and was successful in exploring issues related to childhood in their specific contexts, from the perspective of identity-territoriality. It should be emphasized, however, that the success of its reproduction will lie in the listening sensitivity of the professional or researcher, and in their ethical commitment to identifying the demands of each territory and transforming them into thematic meetings to be worked on, as well as in their creative capacity to (re)elaborate and adapt the materials used according to the characteristics of the participating children and the context in which they are inserted.

Keywords: *Action-Participatory-Research, identity, territoriality, quilombola children, environmental psychology.*

Resumen

El artículo discute una experiencia realizada con niños residentes en la comunidad Quilombola de Moita Verde/RN, a partir de la propuesta de una metodología de trabajo con niños centrada en la relación identidad-territorio, orientada por la Investigación Acción-Participativa (IAP). El objetivo fue incentivar la escucha y valoración de las contribuciones de los niños en el campo de la Psicología Ambiental, enfatizando la importancia de una acción colaborativa, ética y políticamente comprometida con la autonomía de este grupo social, y la voluntad de profundizar en cuestiones identitarias y territoriales relativas a este período generacional. Se celebraron ocho reuniones de grupo semanales, con una duración aproximada de dos horas, para tratar temas relacionados con los tres ejes de la identidad para Antonio da Costa Ciampa: yo-conmigo, yo-con-los-otros y yo-con-el-mundo. Como herramientas metodológicas se utilizaron la fotografía, el dibujo, la narración de cuentos y los juegos de mesa. La conclusión es que la metodología tuvo los efectos esperados y consiguió profundizar en cuestiones relacionadas con la infancia en sus contextos específicos, desde la perspectiva de la identidad-territorialidad. Cabe destacar, sin embargo, que el éxito de su reproducción radicará en la sensibilidad de escucha del profesional o investigador, y en su compromiso ético para identificar las demandas de cada territorio y transformarlas en encuentros temáticos a trabajar, así como en su capacidad creativa para (re)elaborar y adaptar los materiales utilizados según las características de los niños participantes y el contexto en el que se insertan.

Palabras clave: *Investigación-Acción-Participación, identidad, territorialidad, niños quilombolas, psicología ambiental.*

Résumé

L'article traite d'une expérience menée avec des enfants vivant dans la communauté Quilombola de Moita Verde/RN, basée sur la proposition d'une méthodologie de travail avec les enfants axée sur la relation identité-territoire, guidée par la Recherche Action-Participative (IAP). L'objectif était de favoriser l'écoute et la valorisation des contributions des enfants dans le domaine de la Psychologie Environnementale, en soulignant l'importance d'une action collaborative engagée éthiquement et politiquement en faveur de l'autonomie de ce groupe social, et la volonté d'approfondir les questions identitaires et territoriales liées à cette période générationnelle. Huit réunions de groupe hebdomadaires, d'une durée d'environ deux heures, ont été organisées pour traiter des thèmes liés aux trois axes de l'identité d'Antonio da Costa Ciampa : moi-avec-moi, moi-avec-les-autres et moi-avec-le-monde. La photographie, le dessin, la narration et les jeux de société ont été utilisés comme outils méthodologiques. La conclusion est que la méthodologie a eu les effets escomptés et a permis d'approfondir les questions liées à l'enfance dans leurs contextes spécifiques, du point de vue de l'identité-territorialité. Il convient toutefois de souligner que le succès de sa reproduction dépendra de la sensibilité d'écoute du professionnel ou du chercheur, de son engagement éthique à identifier les demandes de chaque territoire et à les transformer en réunions thématiques à travailler, ainsi que de sa capacité créative à (ré)élaborer et à adapter les matériaux utilisés en fonction des caractéristiques des enfants participants et du contexte dans lequel ils s'insèrent.

Mots-clés : *Recherche-Action-Participation, identité, territorialité, enfants de quilombola, psychologie de l'environnement.*

Introdução

A criança como alvo de produção de conhecimento e intervenção não é uma novidade. Desde a consolidação, na modernidade, da infância como categoria social, diversos estudos surgiram com o objetivo de subsidiá-la. Ao longo do século XX, as crianças foram submetidas a pesquisas majoritariamente experimentais que objetivavam conhecê-las para controlá-las, colocando-as na posição de objeto a ser observado, avaliado, interpretado e ajustado (Campos, 2008; Fernandes & Caputo, 2020). À época, o conhecimento científico visava, principalmente, oferecer às crianças, agentes passivos de socialização, estímulos mais adequados à sua aprendizagem e conformação ao contexto social no qual viriam a servir, na idade adulta, como cidadãs formadas. Assim, as crianças eram vistas de maneira prospectiva, ou seja, sob a ótica daquilo que se tornariam e desconsideradas enquanto sujeitos do presente, construtoras da realidade social.

A partir da década de 1980, estudiosos(as) da infância passaram a se preocupar com a forma como as crianças vinham sendo tratadas pelas pesquisas científicas. Essa preocupação fez parte de um processo mais amplo e complexo de reconceitualização da infância, que passou a ser vista como uma categoria geracional e como grupo social, sendo as crianças seus atores sociais (Faria & Finco, 2020; Nascimento, 2020; Sarmento, 2009). Esse processo, no âmbito acadêmico-científico e interventivo, acontece intimamente associado à ascensão de um novo estatuto social da infância na contemporaneidade, contexto em que a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em 1989, é um marco internacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, um marco nacional. Assim, ouvir as vozes das crianças, agora sujeitas de direito, torna-se tanto uma urgência quanto um pressuposto epistemológico caro para o campo recém-consolidado dos estudos da infância, do qual a sociologia da infância adquire um lugar central de interlocução com outras disciplinas (Sarmento, 2009).

Estudiosos da área argumentam que as crianças devem ter um papel central na construção do conhecimento sobre a realidade do seu grupo social, já que são agentes ativos na construção de suas identidades e entendimentos sobre o mundo, sendo atravessadas, em seus contextos, pelas interações sociais, culturais e ambientais, assim como os adultos que as rodeiam. Desse modo, os estudos produzidos por autores vinculados à sociologia da infância iniciam um movimento de questionamento acerca das estruturas de poder que marginalizam a voz infantil e procuram entender a complexidade das relações sociais que moldam a infância, reconhecendo a importância de considerar as crianças como agentes sociais ativos, e não apenas como objetos passivos de socialização (Sarmento, 2009; Nascimento, 2020).

Se a escuta das vozes das crianças adquire lugar de centralidade nesse paradigma emergente nos estudos da infância, é preciso que questionemos sobre quais crianças a pesquisa acadêmico-científica, em especial nas áreas de conhecimento a que estamos vinculados, tem tido o interesse em se aproximar. Em uma revisão de literatura desenvolvida em 2015, Mariana Mannes analisou 644 artigos de psicologia que tinham a criança como foco, com o objetivo de identificar quem eram os sujeitos das pesquisas sobre infância em psicologia, quais métodos eram utilizados e sob quais condições as crianças eram convidadas a participar dos estudos.

Os resultados delinearam um cenário preocupante: em 48,9% dos artigos, a criança não foi considerada como fonte primária de informação, apenas familiares e professores, privilegiando a compreensão adulta acerca das problemáticas da infância. Dos 344 artigos que tinham crianças como informante, predominava o uso exclusivo de testes psicológicos, evidenciando a lacuna quanto ao uso de metodologias participativas e negligenciando aquilo que as próprias crianças teriam a dizer sobre si e sobre seus contextos particulares. Além disso, 32,55% dos estudos tratavam de uma "criança genérica", de modo que as crianças inseridas em "categorias que abarcam discussões nevrálgicas sobre a infância brasileira" (Mannes, 2015, p. 24) apareceram em uma quantidade esmagadoramente inferior.

Um outro aspecto que merece destaque é a homogeneização das infâncias e problemáticas identificadas. Enquanto crianças em contextos escolares, de saúde e familiares compõem cerca de 68,05% dos artigos acessados, crianças em contextos de vulnerabilidade social ou de territórios tradicionais são foco de apenas 19 estudos; destes, nenhum com crianças quilombolas, sujeitas do presente trabalho (Mannes, 2015). Aqui, cabe ressaltar ainda que a autora da pesquisa, para se referir à parcela mínima dos trabalhos que se voltam para as infâncias em contextos plurais, utiliza a denominação "crianças em relação com a cidade", grupo em que enquadra estudos sobre crianças indígenas, migrantes, de comunidades rurais e ribeirinhas, evidenciando também o afastamento histórico da psicologia frente às questões do campo e ao reconhecimento da multiplicidade de territorialidades existentes em nosso País.

A compreensão sobre a relação entre identidade e território, especialmente no contexto da infância, sob uma perspectiva que traga as vozes e experiências das crianças como fio condutor, representa um desafio enriquecedor e necessário. Assim, este artigo relata os resultados de uma experiência de atuação que buscou desenvolver uma metodologia para o trabalho com crianças, orientada pela Investigação-Ação-Participativa (IAP), para explorar o eixo identidade-territorialidade. Nosso interesse central residiu em promover a escuta ativa e a valorização das contribuições das crianças, deslocando-se de abordagens unilaterais para um processo de trabalho horizontal, colaborativo e eticamente comprometido com a autonomia desse grupo social.

A proposta metodológica aqui apresentada destaca-se pelo seu compromisso ético, político e participativo, visando contribuir não apenas para o avanço teórico na área da Psicologia Ambiental, em sua interface com a Psicologia Comunitária, e nos Estudos da Infância, mas também para a promoção de uma compreensão mais profunda e contextualizada das experiências infantis frente à interseção identidade-territorialidade, de modo a fundamentar e orientar práticas interventivas junto a esse grupo. Nesse sentido, a IAP emerge como uma abordagem que, ao tratar de forma indissociada a pesquisa e a intervenção, valoriza a colaboração entre agentes externas/os (no caso, pesquisadoras) e internas/os (participantes), proporcionando espaço para as vozes das crianças serem ouvidas e consideradas no processo de investigação (Montero, 2006).

O trabalho se deu em um contexto público específico, junto às crianças moradoras da Comunidade Quilombola de Moita Verde/RN, onde historicamente a interseção entre identidade e territorialidade ganha contornos singulares (Silva, 2011). Ao incorporar as vozes das crianças quilombolas e oferecer-lhes espaço ativo no processo de pesquisa, busca-se não apenas compreender, mas também amplificar suas narrativas, promovendo a valorização de suas identidades locais e territoriais. Em um contexto marcado por desigualdades, discriminações e exclusões, a escolha da IAP como abordagem metodológica destaca-se como um caminho promissor para desvelar as múltiplas camadas que compõem a infância quilombola, lançando luz sobre suas vivências singulares e contribuindo para a elaboração de políticas mais contextualizadas e direcionadas.

Além de desafiar as generalizações sobre a infância e, em especial, a infância quilombola, buscamos contribuir para o enriquecimento das compreensões sobre a infância no Brasil e em comunidades tradicionais, promovendo a visibilidade política das crianças como sujeitas de direito e atores sociais capazes de compreender, explorar e subverter o mundo ao seu redor. À medida que nos aprofundamos na complexidade das interações entre identidade e território, é imperativo que a perspectiva das crianças, em especial das crianças quilombolas, foco deste trabalho, seja trazida à luz, desafiando preconceitos arraigados e construindo pontes para o conhecimento sobre as múltiplas territorialidades presentes nas infâncias brasileiras.

Infâncias Quilombolas em foco: da invisibilidade à visibilidade política

As crianças quilombolas no contexto brasileiro têm enfrentado uma histórica invisibilidade social e política. Tal cenário de invisibilização e marginalização é agravado pela interseção de fatores étnico-raciais e socioeconômicos, resultando em uma realidade marcada pela falta de políticas específicas e pela ausência de reconhecimento de suas demandas particulares, o que as coloca como um grupo em contexto de vulnerabilidade. Essa invisibilidade reflete-se em diversas esferas, desde a carência de dados demográficos específicos em censos nacionais até a ausência de legislação direcionada exclusivamente às crianças quilombolas.

Para Pellanda e Frossard (2022), a escassez de informação sobre esse público não é um fato isolado, mas parte de um processo de invisibilização complexo e multifatorial, que tem como fundamento sua identidade cultural e localização territorial. Em primeiro lugar, destaca-se a ausência da contabilização deste público no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o maior do País, onde a ausência de perguntas específicas sobre a caracterização da população quilombola dificulta o mapeamento preciso das crianças quilombolas, sua contabilização e caracterização.

À omissão das crianças quilombolas nos dados demográficos, segue-se a carência de políticas públicas destinadas especificamente a esse grupo, que representa um dos principais obstáculos para a efetivação de seus direitos. A falta de abordagens direcionadas deixa as crianças quilombolas à margem das estratégias governamentais, perpetuando a ausência de ações concretas para atender às suas necessidades específicas. Desse modo, concordamos com Souza (2020), quando, sobre o processo histórico de invisibilidade das crianças quilombolas, diz que "o Estado brasileiro se mantém distante das crianças quilombolas e de seus territórios étnico raciais porque recusa-se, historicamente, a proteger suas vidas" (Souza, 2020, p. 1282).

No tocante às crianças quilombolas, além do adultocentrismo, o processo de ocultação de suas infâncias decorre também da perpetuação de outras formas de exclusão herdadas do modelo colonial. O racismo estrutural presente na sociedade brasileira alimenta a exclusão social das crianças quilombolas, de modo que as múltiplas formas de discriminação racial afetam não apenas a percepção pública dessas crianças, mas também influenciam o acesso a recursos e oportunidades, contribuindo para a sua invisibilidade nos mais diversos contextos. Assim, a criança quilombola enfrenta uma tripla opressão, sendo vítima de discriminação por ser criança, negra e quilombola (Silva, 2011). Essa interseccionalidade de identidades a expõe a vulnerabilidades específicas, muitas vezes ignoradas nas políticas e ações voltadas à infância.

Desse modo, o processo de invisibilização das infâncias quilombolas a que nos referimos aparece como uma das formas que têm sido utilizadas pelo Estado para o apagamento das múltiplas vivências da infância em comunidades tradicionais, para que possa continuar sempre ausente na promoção e garantia de direitos, mas presente sob a forma de ações repressivas e violentas (Pellanda & Frossard, 2022). Esse processo gera uma série de sofrimentos e violações específicas que são silenciadas: preconceito racial, explorações sexuais, deslocamento forçado e outras vulnerabilidades somadas que, muitas vezes, provocam as retiradas forçadas de suas famílias de origem e, portanto, o afastamento de suas comunidades. O não reconhecimento de seus territórios, as altas taxas de analfabetismo, atreladas à ausência de contabilização e reconhecimento político de suas existências são aspectos que impactam negativamente a vida de crianças quilombolas pelo País.

Apesar disso, alguns estudos desenvolvidos com crianças quilombolas mostram as formas compartilhadas e localizadas nas quais estes atores sociais têm resistido a esse processo de invisibilidade, a partir da afirmação de suas identidades, da cultura infantil compartilhada e das trocas de experiências intergeracionais (Perez & Souza, 2022). É somente considerando as crianças quilombolas como atores sociais capazes de falar sobre si e sobre o mundo que seremos capazes de ouvi-las sobre suas necessidades, compreender suas singularidades e produzir conhecimento conjunto que, de fato, tenha como foco a superação de suas vulnerabilidades.

Neste trabalho, portanto, o conceito de visibilidade adquire uma dimensão política. Em consonância com Silva (2011), para além da dimensão visual, o termo se refere aqui à singularidade dos sujeitos da pesquisa e o compromisso de que essas singularidades sejam ouvidas, reconhecidas e valorizadas na busca pelo desenvolvimento de ações concretas em benefício dessa população. Concordamos com Araújo e Gomes (2023) quando ressaltam a importância de nos aproximarmos das crianças negras (e, aqui, adicionamos as quilombolas) em nossas pesquisas, enxergando-as como sujeitas de direito, produtoras de cultura, de conhecimento e como atores sociais capazes de apreender e reinventar o mundo, reafirmando enquanto potências suas especificidades e singularidades.

Figura 1

Crianças brincando em frente ao local onde os encontros foram realizados, na comunidade quilombola de Moita Verde



Temos visto que a experiência individual e coletiva de cada criança moradora da comunidade de Moita Verde abre uma nova compreensão sobre o ser quilombola, à medida que sua ação no mundo, por si ou coletivamente, cria e recria o sentido de sua identidade individual ou coletiva e abre espaço para novas experiências e significações, alargando o sentido de ser criança e de ser criança em uma comunidade quilombola. Por isso, mais que produzir generalizações sobre as características de uma infância quilombola, o presente trabalho busca avançar na aproximação das experiências de crianças quilombolas de Moita Verde, suas particularidades e singularidades, na busca por contribuir, a partir de experiências localizadas, com o alargamento das compreensões sobre a infância no Brasil e em comunidades tradicionais.

Identidade e Territorialidade: algumas considerações

Historicamente, os conceitos de espaço e território têm sido alvo e foco de debates, sofrendo reformulações e atualizações, dada a sua complexidade, ambiguidade e constante transformação na sociedade (Araújo & Caldas, 2019; Saquet & Briskievicz, 2009). No livro *Por uma Geografia Nova*, Milton Santos (2009) desenvolve cuidadosamente uma crítica à geografia das paisagens e das regiões, cujos defensores eram conhecidos por se preocuparem incessantemente com fórmulas, estatísticas e medições, desconsiderando ou se omitindo de uma análise cuidadosa e política de tais dados quantitativos. Propondo uma geografia política e implicada com a realidade social, o autor se aproxima, então, de uma definição de espaço como objeto de estudo da geografia que considera as estruturas do todo social, seus lugares, estabelecimentos e instituições a que chama de fixos e suas relações, a vida em acontecimento, os fluxos.

Assim, o conceito de espaço habitado (Santos, 2009) se diferencia da compreensão de paisagem, local ou região, na medida em que este abriga, de partida, os conteúdos da realidade social e da natureza e suas teias de ação. O espaço, para Milton Santos, contém e é formado pela dinâmica da vida social, levando em consideração aspectos históricos, econômicos,

sociais e culturais de sua formação. Nessa esteira, Givânia Maria da Silva (2022), pesquisadora quilombola, tendo o pensamento de Milton Santos como base, propõe uma diferenciação entre terra e território paralela à de paisagem/região e espaço, desenvolvida pelo autor, e nos ajuda a compreender a dinâmica que o espaço habitado abriga e da qual é palco:

> A terra é uma extensão que se pode mensurar, medir, quantificar por diversas fórmulas ou unidades de medida. Já o território não é possível medir apenas por meio de unidades de medida, pois outros sentidos são inerentes e os tornam incapazes de serem alcançados pelas fórmulas matemáticas (Silva, 2022, p. 107).

Sobre esse sistema de fluxos e fixos que é a realidade espacial, Santos (2008) enfatiza sua característica relacional: o espaço é, pois, uma realidade de coisas e relações conjuntas, não podendo ser compreendido de maneira isolada. Portanto, esse espaço, que é a soma entre a forma e seu conteúdo, também é e abriga o movimento do todo social. Assim, "o conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade já transformada em espaço" (Santos, 2008, p. 30).

O espaço, portanto, é considerado enquanto totalidade, o que implica dizer que cada ponto deste possui características do todo social e também o alimenta. Desse modo, quanto menor a fração de um espaço analisado, maior a quantidade de determinações que operam nele — analisar uma cidade, por exemplo, é levar em consideração as determinações do estado, da região, do país e de outros países para aquela porção de território. Nesse ponto, o autor está mais interessado em argumentar pela necessidade de estudos que sejam localizados e que falem sobre a realidade de um território e suas problemáticas, do que em produzir generalizações ou leis universais para justificar a disciplina.

Um outro aspecto defendido nos trabalhos de Milton Santos, que nos interessa na compreensão de espaço que adotamos, é o fato de que este abriga verticalidades e horizontalidades de poder e suas imposições. Para o autor, existem os espaços dos que mandam e o espaço dos que obedecem, os espaços luminosos, que abrigam o desenvolvimento e a tecnologia, e os espaços opacos, que, subordinados economicamente em diversos aspectos, funcionam a partir de uma lógica marginal e que, em seu exercício localizado e coletivo, resistem às imposições do capitalismo de centro, trazendo a inventividade e a coletividade como suas principais armas (Santos, 2008).

Assim, conclui-se que a relação humano-ambiente está permeada de determinações que operam no espaço/território em que vivem e circulam: as determinações do mundo globalizado, do período técnico-científico-informacional (Santos, 2020), do capitalismo hegemônico e seus tentáculos. A ocupação e a distribuição territorial, desde seu princípio, são mediadas pelos tentáculos da economia capitalista, sendo esta responsável pela criação de grupos sociais (Little, 2002). Dito isso, dedicar-se à compreensão da importância de um determinado território para a constituição de uma pessoa ou de um grupo social é também levar em conta sua ocupação histórica, atentando-se para os determinantes macro e microssociais envolvidos nessa relação.

Na Psicologia Ambiental, as relações entre as pessoas e seus ambientes são um aspecto fundamental no que se refere à constituição de suas identidades (Arcaro & Gonçalves, 2012; Gonçalves, 2007; Mourão & Cavalcante, 2011). Os sentimentos de vinculação ao território e identificação com ambientes vêm sendo descritos na área como identidade de lugar ou pertencimento ao lugar (Mourão & Cavalcante, 2011) e abarcam também as sensações de não pertencimento e não identificação, embora sejam menos abordadas. Para a Psicologia Ambiental: "O espaço ganha destaque ao pensarmos a constituição dos sujeitos encarnados em uma localidade e em uma temporalidade" (Silva et al., 2021, p. 80).

A sensação de pertencimento a um território e sua identificação com este tem sido chamada de territorialidade (Araújo & Caldas, 2019; Little, 2002; Saquet & Briskievicz, 2009). Desse modo, a territorialidade é compreendida como um esforço coletivo de se identificar, ocupar e usufruir de um território específico. Esse esforço é sempre grupal, depende de condições históricas e é multifatorial. Assim, existem múltiplas formas de ocupação e, por isso, múltiplas formas de territorialidade, sendo a identidade individual e coletiva um aspecto desse todo.

Nessa esteira, assim como a territorialidade, o processo de formação da identidade acontece como resultado da relação do eu com o outro e com o mundo, num emaranhado de sentidos pertencentes a um determinado contexto histórico e social (Ciampa, 2001). Desse modo, a criança, foco deste trabalho, em seu processo de formação, compartilha, resiste, recria e interioriza, a seu modo, conceitos e ideologias presentes na sociedade de que faz parte (Bento, 2016), de acordo com as relações que estabelece com os ambientes em que circula (Gonçalves, 2007).

Assim, o que determinado território significa para um indivíduo e como esta relação o constitui identitariamente é resultado de sua vivência coletiva com o meio e com a vida social que o rodeia (Silva et al., 2021), dentro de um contexto histórico e social. No que se refere a crianças quilombolas, portanto, suas identidades são atravessadas também por valores socialmente compartilhados sobre o ser quilombola e o ser negro(a) na sociedade brasileira, a partir das relações de socialização, mediadas por suas experiências nos espaços em que vivem e que ocupam diariamente.

No tocante às comunidades quilombolas, percebe-se que o aspecto territorial vem sendo apontado como fundamental para a construção de uma identidade coletiva e afirmação dessa população em seus processos de titulação, já que a história das comunidades está atrelada à história de ocupação de seus territórios (Silva, 2022; Souza, 2017). Quanto a isso, Souza (2017) afirma:

> Pertencer a uma comunidade quilombola é defender uma terra e uma história a ela atrelada, fazendo parte de uma memória coletiva compartilhada no grupo, e de experiências identitárias e territoriais vinculadas aos sentidos de ser negro. (Souza, 2017, p. 196).

Aqui, cabe também ressaltar a diversidade de territórios quilombolas e, consequentemente, a multiplicidade de territorialidades que abrigam, o que Silva (2022) denomina de "pedagogias próprias". Não é, portanto, nosso objetivo argumentar em favor da existência de um conhecimento único, hegemônico e universal sobre a experiência de ocupação territorial dessa população, mas reconhecer e visibilizar a diversidade de suas experiências.

Cada comunidade abriga, na sua história e memória coletiva, aspectos distintos e singulares que as identificam, marcados por suas formas específicas de ocupação territorial. Tais aspectos influenciam diretamente as relações vivenciadas entre as pessoas e seus territórios tradicionais e se atualizam conjuntamente no processo histórico de luta pela garantia de sua ocupação. É sob este conjunto de singularidades, forjadas no seio das lutas coletivas por ocupação de suas terras e reconhecimento de seus direitos sociais, que as múltiplas territorialidades quilombolas se constituem e se atualizam: "A territorialidade quilombola, como já mencionado, constrói-se no campo identitário, cuja organização social, política, económica e cultural se estabelece na relação com o território" (Silva, 2011, p. 51).

Para Ianni (1996, citado por Sawaia, 2001), a afirmação das identidades coletivas, na atualidade, é uma forma de enfrentamento às homogeneizações impostas pela colonização e reforçadas pela globalização, ou seja, acabam por assumir um caráter político de organização, autoafirmação e resistência. Desse modo, a existência de uma identidade quilombola transmitida e reatualizada nas práticas da vida cotidiana e na luta por direitos confronta, por si só, a concepção individualista liberal que fundamenta a lógica capitalista de dominação dos corpos, dos afetos e da ordenação dos espaços.

Por fim, para Milton Santos (1998), o território é sinônimo de espaço habitado, ou seja, abrange o conjunto de objetos e ações que compõem o espaço humano e só pode ser compreendido levando em consideração a totalidade das dinâmicas sociais e seu contexto histórico. Segundo o autor: "mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche" (Santos, 1998, p. 15). É essa a compreensão de território que nos interessa aqui — o território habitado como categoria política que, em suas particularidades, carrega memórias e impõe resistências frente à universalização das experiências e à homogeneização dos espaços, dos tempos e dos corpos. Nesse sentido, compreendemos o território quilombola, em suas complexidades e particularidades, como um território habitado.

Para o desenvolvimento da metodologia proposta, portanto, nos interessou a compreensão de território como espaço habitado (Santos, 1998, 2008); de identidade como metamorfose, resultado de vivências acumuladas entre a criança, a sociedade e o meio que a rodeia (Ciampa, 2001; Corsaro, 2011); e de territorialidade como esforço coletivo de identificação com o território habitado, que depende sempre das condições históricas e é eminentemente multifatorial e, portanto, ao mesmo tempo diversa e singular (Little, 2002; Silva, 2022).

Construindo uma metodologia

O ato de perceber, a partir do estudo de Mannes (2015), que a psicologia continua se aproximando de maneira indireta, homogênea e adultocêntrica das questões que atravessam e determinam as infâncias brasileiras nos motivou a pensar sobre quais novas práticas poderiam ser possíveis para o arejamento e renovação da atuação entre pesquisadores/as, psicólogas/os em contato com crianças. Sob esta perspectiva, o diálogo com a Sociologia da Infância tem se mostrado fundamental, na medida em que a área se propõe a repensar as relações adulto-criança, desde seu surgimento, demonstrando a importância de uma atuação horizontal e de caráter participativo para a construção do conhecimento com este público.

Ao nos aproximarmos dos fenômenos relativos à territorialidade e à infância de crianças da comunidade quilombola de Moita Verde, só podemos fazê-lo a partir de uma metodologia que nos permita estabelecer um contato dialógico, atento e compromissado com a escuta dos relatos das crianças, na busca por ações que as fortaleçam para a transformação/superação de seus sofrimentos e opressões. Nesse sentido, consideramos impossível fazer um trabalho de caráter objetivo, desimplicado, afastando nossas afetações, experiências e valores, já que, nesse processo, a presença, a colaboração e a escuta das vozes dessas crianças são elementos fundamentais para a compreensão de suas vivências na busca coletiva por estratégias de enfrentamento aos sofrimentos por elas experienciados.

A experiência aqui relatada aconteceu na Comunidade Quilombola de Moita Verde, uma comunidade quilombola urbana, situada no Estado do Rio Grande do Norte. Quatro crianças, com idades variando entre 6 e 9 anos, participaram ativamente do processo de pesquisa-ação-intervenção. A seleção das participantes foi realizada pelas lideranças da comunidade, considerando fatores como: serem residentes da comunidade; a distribuição das crianças por sítios onde residiam, visando promover uma diversidade entre os participantes da comunidade; estarem na faixa etária designada (entre 6 e 9 anos);

manifestarem interesse em integrar a pesquisa (tanto as crianças quanto as/os responsáveis); terem concordado em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

Aqui, reafirmamos a importância da assinatura tanto do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas/os responsáveis, quanto do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelas crianças. Considerar o consentimento das crianças sobre a sua própria participação na pesquisa, levando em conta sua motivação, oferecendo explicações sobre o que será desenvolvido, esclarecendo acerca dos riscos e benefícios que envolvem sua participação e deixando-as a par da possibilidade de desistir a qualquer momento é um aspecto fundamental neste processo ético e conjunto de trabalho. Destaca-se também que, por ser uma pesquisa que envolve o uso de fotografia, foi assinado um termo de uso de imagens e as questões éticas sobre este aspecto foram elucidadas junto às crianças e familiares. Ressalta-se que este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o Protocolo nº 68770523.2.0000.5537.

Foram realizados oito encontros grupais e semanais, cada um com uma duração aproximada de duas horas, todos conduzidos pela primeira autora. Esses encontros foram estruturados de forma a abordar temáticas relacionadas aos três eixos da identidade propostos por Antonio da Costa Ciampa: eu-comigo, eu-com-o-outro e eu-com-o-mundo. Cada eixo temático se desdobrou em pelo menos dois encontros, em que abordamos de maneira segmentada, para maior didatismo, aspectos relativos a cada um deles. A organização dos encontros e das temáticas se deu de modo que pudéssemos tratar inicialmente sobre aspectos do eu, construindo, aos poucos, uma compreensão coletiva sobre aquilo que somos, para seguir ampliando o debate em relação às pessoas e lugares que nos rodeiam e nos afetam.

Apesar de os eixos temáticos serem previamente determinados com base no pensamento de Ciampa (2001), as temáticas a serem abordadas em cada encontro estavam, durante o planejamento, ainda em processo de definição e foram tomando forma à medida que o contato com a comunidade se desenvolvia. Para elaborar o plano de trabalho apresentado abaixo, a escuta das demandas discutidas nas conversas com as lideranças, conforme mencionado anteriormente, e a integração das vivências de outros habitantes da comunidade foram aspectos cruciais. Destacamos a relevância desse ponto específico: nenhuma metodologia pode ser plenamente bem-sucedida ao ser apenas reproduzida, sem a devida atenção às demandas do território, do grupo ou da comunidade onde será desenvolvida (Montero, 2006).

Muito se fala sobre a importância de ouvir as crianças em suas próprias questões, nas pesquisas científicas e em seus desdobramentos interventivos. Mas o que isso significa e como essa escuta tem acontecido? Concordamos com Rocha (2008) que ouvir a criança "exige a construção de estratégias de troca, de interação, mais do que de perguntas e respostas, pelas quais se nega que as crianças constituem significados de forma independente." (Rocha, 2008, p. 49). Na atuação com crianças, a escuta precisa ser ativa e a construção do conhecimento realizada em conjunto. Desse modo, aquele que escuta é constantemente interpelado por sua responsabilidade ética do ouvir que, quando atrelado a outras formas de expressão, como o desenho ou a fotografia, favorece a ampliação das compreensões do ponto de vista do/a pesquisador/a adulto/a frente ao que pode ser dito ou representado pelas crianças.

Portanto, para estimular a expressão das crianças e facilitar sua participação, foram utilizadas diversas ferramentas metodológicas. A contação de histórias, baseada em livros infantis, proporcionou um espaço narrativo para explorar as temáticas escolhidas e introduzi-las ao grupo. A fotografia permitiu que as crianças capturassem elementos significativos de seu cotidiano, privilegiando os seus pontos de vista, enquanto o desenho serviu como meio de expressão e elaboração visual. Além disso, os jogos de tabuleiro foram incorporados como uma forma lúdica de abordar e elaborar questões relacionadas ao território e suas dinâmicas.

No que se refere ao cronograma de encontros e ao que foi efetivamente trabalhado em cada um deles, foram estabelecidos três momentos. No primeiro momento, os encontros abarcaram a assinatura dos termos (TALE e TCLE), uma oficina de fotografia e o encontro destinado a conhecer os(as) participantes e apresentar-se, estabelecer os acordos que seriam fundamentais no processo de vinculação com o grupo, além de mapear a faixa etária média a que pertenciam – informação fundamental para ajustar as metodologias dos demais encontros, podendo ser: contação de histórias, desenhos, fotografias e demais atividades.

No primeiro encontro com as crianças, após a apresentação e o estabelecimento dos combinados, uma hora e meia foi destinada ao desenvolvimento de uma oficina de fotografia, apostando nessa modalidade de registro como produtora de memória e história, e de reconhecimento do eu, do outro (Andrade, 2021) e do território e, portanto, como ferramenta metodológica. Na oficina, aspectos como o manejo da câmera digital, técnicas de enquadramento e luz, além de discussões sobre consentimento e ética ao fotografar outras pessoas, foram trabalhados. Ao final da realização da oficina ministrada pela primeira autora, cada criança recebeu uma câmera digital infantil que levou para casa com a tarefa de fotografar aquilo que mais lhes interessava na comunidade em que viviam. A cada encontro temático que se seguiu, definiu-se um tema diferente a ser fotografado por elas na semana seguinte.

Figura 2

Criança participante com câmera fotográfica infantil



O segundo momento foi destinado à realização dos encontros temáticos com o grupo, divididos nos três eixos temáticos já citados: eu-comigo, eu-com-o-outro e eu-com-o-mundo, totalizando seis encontros, mais um encontro extra. Como já explicitado, tais eixos orientaram a elaboração das atividades e do que foi discutido em cada encontro: a) no eixo eu-comigo, os encontros dedicaram-se a abordar questões relacionadas à autopercepção; b) no eu-com-o-outro, direcionaram-se a compreender a relação das crianças com seus outros, a família, a comunidade e com a sociedade; c) no eu-com-o-mundo, abordaram como os participantes compreendem e se relacionam com o mundo a partir dos seus territórios habitados.

Os encontros aconteceram semanalmente, aos sábados, com duração média de duas horas, das 15h às 17h. A seguir apresentamos a estrutura seguida, na maior parte das vezes: a) descarregamento das imagens e relato sobre as fotos tiradas na semana anterior; b) momento inicial de conversa e sensibilização sobre o tema a ser discutido no dia; c) contação de história, transmissão de vídeo ou brincadeira referente à temática; d) atividade que auxiliasse na expressão das crianças sobre o que pensam, sentem e experienciam (pintura, fotografia, jogos temáticos e afins); e) conversa sobre o que foi vivenciado no dia e fechamento do encontro; f) discussão e eleição de um tema para o que seria fotografado na semana seguinte; g) momento livre para brincadeiras, em que todos do grupo, crianças e mediadora, participavam.

Em nosso trabalho, escolhemos utilizar a fotografia, com base na metodologia autofotográfica (Ziller, 1990), como uma forma de acesso à relação que as crianças estabelecem com seus territórios. Como dissemos, foram entregues câmeras digitais individuais (Figura 2) para cada criança e a cada encontro era escolhida junto a elas, enquanto grupo, inspirados/as pelo tema trabalhado no dia, uma proposta fotográfica para a semana. Na semana seguinte, enquanto a transferência das imagens era feita para o computador, cada participante escolhia algumas fotos de sua preferência para fazer um breve comentário sobre cada uma, contar sobre o momento em que foi tirada, o que a imagem lhe transmitia, entre outros. Ao final do processo, as fotografias foram impressas e entregues a cada criança, que escolheu três fotos preferidas do seu acervo para serem impressas em tamanho maior e destinadas a duas exposições fotográficas que realizamos após o fechamento do campo.

Considerações sobre a intervenção junto às crianças do Quilombo Moita Verde

Ao final do estudo, constatamos que a metodologia atingiu os objetivos propostos para sua elaboração. A partir dos eixos temáticos eu-comigo, eu-com-o-outro e eu-com-o-mundo, foi possível explorar diversos aspectos relativos à formação da identidade e sua relação com a territorialidade das crianças de Moita Verde. A divisão dos eixos temáticos em temas emergentes, fruto do diálogo com as crianças e da escuta das lideranças e responsáveis, foi um aspecto de extrema relevância para o sucesso do trabalho. Essa divisão proporcionou um trabalho mais demorado acerca das problemáticas surgidas, como o racismo sofrido pelas crianças no contexto escolar, as dificuldades de expressão/comunicação citadas pelos familiares, o resgate de aspectos relativos à memória e à história da comunidade, bem como a reafirmação das crianças como atores sociais, construtores de vida, cultura e protagonismo dentro e fora da comunidade.

Avaliamos que seguir a ordem dos eixos-temáticos, iniciando pelo eu-comigo e finalizando com o eu-com-o-mundo, oportunizou que fôssemos ampliando a complexidade das discussões a cada encontro. Percebemos, em diversos momentos,

que as crianças utilizavam aprendizados coletivos obtidos em diálogos anteriores e, aos poucos, aquele virou um acervo do nosso grupo enquanto coletivo e de cada uma delas, individualmente. Acreditamos que os dois temas elencados para o trabalho de cada eixo temático podem ser alterados sem prejuízo, de acordo com a necessidade do/a pesquisador/a, das características dos participantes e do território estudado, embora percebamos os ganhos coletivos que o encontro sobre emoções oferece ao ser colocado como o primeiro.

Assim, o primeiro encontro[1] do eixo eu-comigo, *"O trabalho das emoções"*, teve como objetivo mapear e desenvolver um conhecimento acerca das emoções, aprendendo a identificá-las de maneira contextual e espacializada. Quais são as emoções que mais sentimos? Em que partes do corpo sentimos? Como costumamos expressá-las? Em quais lugares e situações nos sentimos assim? Este trabalho auxiliou na forma como as crianças percebem as emoções, tornando-as mais conscientes daquilo que sentem e ajudando-as a identificar e nomear o turbilhão de sentimentos que, nesta idade, ainda podem ser desconhecidos. O segundo encontro deste eixo, *"O contato com as diferenças"* teve como foco o trabalho sobre as diferenças como algo positivo, atravessando a fronteira dos estereótipos e propondo a compreensão da diferença como algo que nos constitui e nos identifica, proporcionando um espaço seguro para o acolhimento do que as crianças possam trazer.

No eixo eu-com-o-outro, o primeiro encontro, denominado de *"Rede de apoio"*, foi destinado à identificação e ao levantamento das redes de apoio e relações afetivas das crianças. Poletto (1999) reforça que a existência de uma rede de apoio social e afetiva, familiar ou extrafamiliar, contribui para o desenvolvimento positivo da criança, fortalecendo a sua capacidade para "lidar com as circunstâncias da vida" (Poletto, 1999, p. 6). O trabalho de mapeamento da rede de apoio na infância auxilia a criança a perceber e elencar as pessoas e dispositivos com os quais pode contar, abrindo os caminhos para que este contato seja feito quando precisar de ajuda.

O segundo encontro deste eixo, "*Dialogando sobre questão racial e o racismo no Brasil*", partiu de uma demanda da própria comunidade como resposta ao racismo sofrido pelas crianças na escola. Teve como objetivo abordar questões relacionadas ao racismo e relações raciais sob a perspectiva das crianças, de modo a mapear e produzir conhecimento acerca do tema, valorizando as perspectivas das crianças e buscando construir caminhos coletivos para o seu enfrentamento.

Quanto ao eixo eu-com-o-mundo, o primeiro encontro "*Lugares de afeto"* foi destinado ao trabalho junto às crianças sobre seus lugares preferidos e quais aspectos desses lugares os tornam agradáveis de se estar. Este encontro é uma possibilidade de passeio pelos lugares de circulação das crianças, na busca por compreender que elementos ganham relevo na sua relação com esses lugares. Por fim, o último encontro, denominado de "*O lugar em que vivo*", teve como objetivo abordar, de maneira mais prática e ativa, a relação das crianças com o território tradicional em que vivem em seus múltiplos aspectos e conhecer o espaço a partir de suas próprias perspectivas.

Discutindo resultados: limitações e potencialidades

Consideramos que a utilização da fotografia foi uma potencialidade deste trabalho. Para França e Franzoi (2018), na produção fotográfica em pesquisas científicas, "o sujeito expõe e comunica suas reflexões e seus saberes num ato criativo, gerando-se aí um espaço de encontro que contribui para que os sujeitos se apropriem da vida e criem formas de estar no mundo" (França & Franzoi, 2018, p. 3). Identificamos, a partir das fotografias feitas pelas crianças, diversos aspectos do seu cotidiano: locais históricos para a comunidade, a rotina das tarefas familiares, o registro de amigos e parentes, acontecimentos relevantes dentro do território, como o nascimento de um bezerro ou uma viagem coletiva, por exemplo. Tais registros são demonstrativos da presença ativa das crianças na rotina da comunidade e seu protagonismo, evidenciado na seleção cuidadosa sobre o que deveria ser ou não fotografado e trazido para o grupo.

Destacamos, enquanto possível limitação do estudo, a quantidade de crianças participantes, ao total, quatro. A opção pelo número reduzido foi feita tendo como horizonte a possibilidade de abarcar crianças de uma faixa etária mais ampla (6 a 9 anos, o que favoreceu a participação) e reduzir possíveis prejuízos quanto a este aspecto. Em um grupo maior, certamente haveria dificuldade para o manejo de qualidade e adaptações necessárias entre crianças com períodos de desenvolvimento distintos, dado que a pesquisa foi realizada apenas por uma pesquisadora em campo.

Avaliamos também que optar por um número menor de crianças foi um aspecto positivo quanto à qualidade e à densidade dos dados produzidos, por permitir uma maior dedicação da pesquisadora frente a cada participante e a relação entre eles. Nesse aspecto, o grupo pequeno favoreceu uma vinculação segura tanto entre a pesquisadora e as crianças, quanto entre pares. Por fim, um outro aspecto levado em consideração para o número escolhido foi o alto investimento necessário para a realização do grupo – compra das câmeras fotográficas, apoio aos familiares e crianças na ida às exposições, revelação e entrega das fotos, processos de emolduração etc.

[1] Aqui, não nos dedicamos a descrever minuciosamente as etapas deste trabalho a partir das ferramentas elencadas, já que esta discussão foi mais demoradamente desenvolvida na dissertação a que este artigo se refere.

Outro aspecto que poderá ser olhado com atenção e modificado em trabalhos futuros é a quantidade de ferramentas utilizadas em cada encontro. Percebemos que, em determinados dias, as crianças ansiavam por vivenciar tudo que haveria pela frente e, nesses casos, acabavam passando apressadamente por algumas atividades. Como o nosso período de trabalho em campo era limitado e não dispúnhamos de datas para ampliar a quantidade de encontros, acabamos precisando aglutinar algumas atividades que avaliamos como relevantes. Para aqueles/aquelas que dispuserem de mais tempo, recomendamos ampliar a quantidade de encontros - ou reduzir a quantidade de ferramentas – de modo que a leitura do livro seja seguida apenas por uma atividade e/ou um outro encontro possa ser destinado à retomada do assunto, à socialização das atividades realizadas e ao desenvolvimento de jogos, por exemplo.

Para além disso, ter várias etapas programadas para o mesmo dia nos demandava uma energia extra para elaborá-las, organizá-las e distribuí-las, dificultando, para nós, processos necessários em uma pesquisa de campo: a presença, completa, atenta e livre em conjunto com nosso grupo de trabalho. Estivemos, durante todos os encontros, preocupadas com muitas variantes: a gravação dos áudios, a disposição das atividades, a organização dos materiais para não os esquecer, a passagem das fotografias para o computador.

Por fim, ressaltamos, aqui, a importância da sensibilidade do pesquisador e de seu compromisso ético na identificação das demandas específicas de cada território. Destacamos, ainda, a necessidade de criatividade para adaptar as estratégias metodológicas de acordo com as características das crianças e o contexto em que estão inseridas, valorizando sempre as necessidades e especificidades delas e dos demais atores sociais do território. Consideramos que a metodologia proposta contribui para o movimento de utilização de abordagens participativas e centradas na criança nos estudos em Psicologia em geral, bem como para uma compreensão mais profunda das complexas interseções entre identidade e território na infância em diferentes contextos.

Referências

Andrade, N. P. (2021). Black Lives Matter: o lugar da fotografia na construção das narrativas negras. *Revista Ponto Urbe*, *28*, 1-19.

Araújo, J., & Caldas, A. (2019). Território, territorialização, territorialidade e a questão agrária: impasses sócio-espaciais, possibilidades analíticas. *Geosul*, *34*(70), 358-384.

Araújo, M., & Gomes, N. L. (2023). Infâncias e relações étnico raciais: a tensa luta pela garantia de direitos em tempos antidemocráticos. In M. Araújo & N. L. Gomes (Orgs.), *Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa* (pp. 27-70). Vozes.

Arcaro, R., & Gonçalves, T. M. (2012). Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul - Santa Catarina. *Ra'ega*, *25*, 38-63.

Bento, M. A. S. (2016). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Vozes.

Campos, M. M. (2008). Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In S. H. V. Cruz (Org.), *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa*. Cortez Editora.

Ciampa, A. C. (2001). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. Brasiliense.

Corsaro, W. A. (2011). *Sociologia da infância* (2a ed.). Artmed.

Faria, A. L. G., & Finco, D. (2020). Apresentação. In A. L. G. Faria & D. Finco (Orgs.), *Sociologia da infância no Brasil*. Autores Associados.

Fernandes, N., & Caputo, S. G. (2020). Quem tem medo das imagens das crianças na pesquisa? Contributos para a utilização de imagens na pesquisa com crianças. *Sociedade e Infâncias*, *5*, 5-19.

França, D. M. C., & Franzoi, N. L. (2018). Autofotografia como possibilidade metodológica em pesquisa: o método autofotográfico e as produções de trabalhoras/es estudantes de duas regiões brasileiras. *Imagens da Educação*, *8*(1), 1-16.

Gonçalves, T. M. (2007). *Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano*. Unijuí.

Little, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série antropologia*, 1-32.

Mannes, M. (2015). A criança pesquisada: uma análise de artigos científicos em psicologia. *Revista Psicologia da Educação*, *40*, 15-26.

Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria*. Paidós.

Moura, C. (2021). *O Negro, de bom escravo a mau cidadão?* (2a ed.). Dandara Editora.

Mourão, A. R. T., & Cavalcante, S. (2011). Identidade de lugar. In S. Cavalcante & G. A. Eali (Orgs.), *Temas básicos em Psicologia Ambiental* (pp. 208-216). Vozes.

Nascimento, M. L. B. P. (2020). Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. In A. L. G. Faria & D. Finco (Orgs.), *Sociologia da infância no Brasil*. Autores Associados.

Pellanda, A., & Frossard, M. (2022). Crianças e adolescentes quilombolas. *Agenda Infância e Adolescências Invisibilizadas: Campanha Nacional pelo Direito à Educação*. Outras expressões.

Perez, B. C., & Souza, E. P. (2022). "Como é bom brincar, cafuringar": transmissão intergeracional e apropriação do território pelas crianças quilombolas. *Desidades*, *32*(1), 156-172.

Poletto, R. C. (1999). *Rede de apoio social e afetivo de crianças em situação de pobreza* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Rio Grande do Sul]. Lume - Repositório Digital da UFRGS. http://hdl.handle.net/10183/26988

Rocha, E. A. C. (2008). Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In S. H. V. C. Cruz (Org.), *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas* (pp. 43-51). Cortez.

Santos, M. (1998). O retorno do território. In M. Santos, M. A. Souza & M. L. Silveira (Orgs.), *Território: globalização e fragmentação* (4a ed., pp. 15–20). Hucitec.

Santos, M. (2008). *Metamorfose do espaço habitado* (6a ed.). Edusp. (Trabalho original publicado em 1988)

Santos, M. (2009). *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. Edusp. (Trabalho original publicado em 1978).

Santos, M. (2020). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (30a ed.). Record. (Trabalho original publicado em 2000)

Saquet, M. A., & Briskievicz, M. (2009). Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, *31*(1), 3-16.

Sarmento, M. J. (2009). Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceptuais. *O social em questão*, (21), 15-30.

Sawaia, B. B. (2001). Identidade - Uma ideologia separatista? In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análises psicossocial e ética da desigualdade social* (2a ed., pp. 119-127). Editora Vozes.

Silva, A. P. S., Macedo, B. O., Kraft, F. G., Silva, J. B., & Jurado, K. R. (2021). Caminhos para uma inserção territorializada da Psicologia. In T. M. Farias, M. A. M. Brito, & N. Olekszechen (Orgs.), *Perspectivas críticas no estudo das relações pessoa-ambiente: territorialidades e criação de espaços de resistência na América Latina* (pp. 56-76). Abrapso Editora.

Silva, B. C. (2011). *A construção da (in)visibilidade da infância quilombola: o papel do Estado e do movimento social* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações de Coimbra.

Silva, G. M. (2022). *O Quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres – luta e resistência quilombola* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de Brasília.

Souza, M. L. A. (2017). "A perspectiva das crianças": corpo e território na identidade quilombola infantil. *Revista Humanidades e Inovação*, *4*(3), 187-201.

Souza, M. L. A. (2020). (In)visíveis? Crianças quilombolas e a necropolítica da infância no Brasil. *Dossiê especial: as crianças e suas infâncias em tempos de pandemia*, *22*, 1281-1304.

Ziller, R. C. (1990). *Photographing the self: methods for observing personal orientations*. Sage Publications.

Contribuição dos Autores

Mendes, T. M. A. S.: Conceituação, Metodologia, Investigação, Escrita – redação do rascunho original.
Diniz, R. F.: Supervisão, Conceituação, Escrita – revisão e edição.

Fonte de Financiamento

Este trabalho não contou com suporte financeiro ou financiamento específico de agências de fomento.

Conflito de Interesses

Os autores informaram que não há conflito de interesses.

Direitos Autorais

Os autores detêm os direitos autorais relativos ao artigo e concedem à Revista Subjetividades o direito de primeira publicação. O trabalho é publicado em Acesso Aberto (*Open Access*) sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 (CC BY-NC 4.0).

Uso de Inteligência Artificial

Os autores declaram que não foi utilizado nenhum recurso de Inteligência Artificial na elaboração deste artigo.

Verificação de Similaridade

A Revista Subjetividades mantém a prática de submeter todos os artigos aprovados para publicação à verificação de similaridade pelo software *iThenticate* da *Turnitin*, através do serviço *Similarity Check* da *Crossref.*

Disponibilidade de Dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo poderá ser disponibilizado mediante solicitação.

Revisão por Pares

Este conteúdo foi avaliado conforme o processo de revisão por pares duplo-cego (*double-blind peer review*). A divulgação das informações dos pareceristas e do Relatório de Revisão por Pares (*Peer Review Report*) é feita somente após a conclusão do processo avaliativo e com o consentimento voluntário dos respectivos pareceristas e autores.

Editora-chefe Responsável

Regina Heloisa Maciel
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-2933-7021

Editores Associados

Kaline da Silva Lima
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0001-6127-5815

Leônia Cavalcante Teixeira
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-4997-5349

Lucas Guimarães Bloc
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-8528-131X